

# Ulysses: bloqueio é loucura

Deputado adverte que não preside um hospício e acha que é louco quem obstruir

BRASÍLIA — "Eu não presido um hospício. Presido a Assembléia Nacional Constituinte", disse ontem, com veemência, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), ao se referir à estratégia do Planalto de negar quórum para evitar a votação de questões polêmicas no segundo turno. "Quem estiver contra a Constituinte está contra a democracia e, conseqüentemente, contra a nação brasileira. Não me dirijo especificamente a ninguém. Se alguém vestir a carapuça, paciência", completou.

Insanos mentalmente seriam todos aqueles que tentassem adiar o andamento da votação da Constituição em segundo turno, na opinião do presidente da Constituinte. "No recenseamento dos insanos, eu não acredito que eles possam chegar a 280", ironizou Ulysses. Afinal, lembrou, quem tem tal força pode fazer facilmente passar emendas ou destaques, "uma forma mais democrática de fazer valer sua vontade".

## TEMPO DIVIDIDO

Nesse clima de guerra surda, a Constituinte começa amanhã, à tarde, a votar o texto aprovado pelo plenário, agora em segundo e definitivo turno. Ao texto aprovado em primeiro turno foram apresentadas 1.844 emendas e 1.744 destaques.

Se houver número, amanhã mesmo a votação poderá começar pelo texto integral do projeto apresentado pelo relator, consubstanciando tudo que foi aprovado no primeiro turno. O projeto será votado e aprovado, com ressalva das emendas destacadas para exame separado.

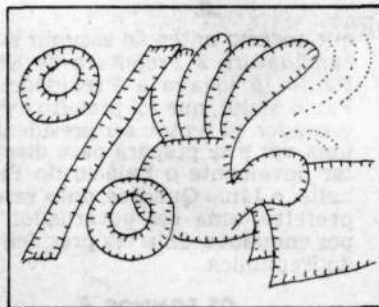
Nessa nova fase, as votações serão realizadas as tardes de segunda-feira, nas manhãs, tardes e noites de terça, quarta e quinta-feiras. Os constituintes ficarão com o restante da semana para cuidar das próximas eleições municipais, nas quais alguns vêem forte fator para o êxito da manobra protelatória do Palácio do Planalto. Mas o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, acredita que as eleições municipais, ao contrário, vão contribuir para acelerar os trabalhos. Os constituintes, a seu ver, não teriam como se apresentar ao eleitorado durante a campanha, se deixassem sem concluir o trabalho constitucional.

Se a tentativa governista de obstrução for frustrada e os constituintes comparecerem às votações, a previsão é de que os trabalhos se desenvolvam com rapidez.



## Perdão para as dívidas

Essa questão deverá esquentar as discussões em plenário. De um lado o governo se empenhará para conseguir tirar das disposições transitórias os dispositivos que prevêm essas anistias ou reduções de débitos. De outro, o grande e influente grupo dos interessados: microempresários e pequenos produtores rurais, além de alguns constituintes, devedores de tributos. O projeto de Constituição elimina a correção monetária dos débitos contraídos por microempresários e pequenos produtores rurais ao tempo do Plano Cruzado.



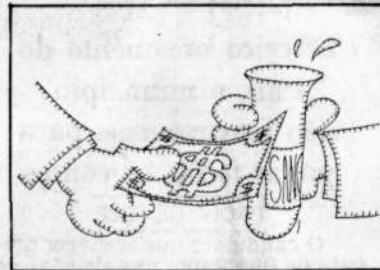
## Tabelamento de juros

Difícilmente será mantida, tal como está no projeto, a limitação das taxas de juros reais (sobre o dinheiro corrigido, portanto) em 12% ao ano. O lobby para que esse dispositivo seja suprimido, total ou parcialmente, parece estar dando resultado. Mesmo alguns constituintes que são favoráveis ao tabelamento começam a admitir que essa não é matéria para ser incluída numa Constituição. A idéia que ganha as simpatias da liderança do PMDB é a de se retirar o limite concreto do dispositivo permanente e colocá-lo nas disposições transitórias, porque a seu ver isso apressaria a votação de lei regulando a matéria.



## Licença-paternidade

A licença-paternidade de oito dias, embora prevista para os que "preenchem os requisitos fixados em lei" — o que significa que se poderão restringir os casos em que será concedida —, levantou muita polêmica pelo seu aspecto considerado "ridículo". Foi um dos dispositivos que mais receberam emendas de supressão. Nenhuma liderança partidária vai se esforçar para mantê-lo.



## Estatização do sangue

O dispositivo que, no item referente à saúde, proíbe a comercialização da coleta de sangue, seu processamento e transfusão, bem como de seus derivados, poderá ser alterado. A reação tem sido grande dentro da Constituinte. Alguns parlamentares estão percebendo que a proibição da comercialização obrigará todas as pessoas a se servirem de sangue coletado por órgãos públicos, em condições de higiene e de cuidados de que muitos duvidam. Além disso, o dispositivo veda também a comercialização dos derivados de sangue, o que outros constituintes consideram exagero.



## Publicidade de cigarros

Passou quase despercebido no primeiro turno, mas o projeto de Constituição ficou com um artigo estabelecendo que lei federal disporá sobre os meios legais (no caso, seria um tipo de ação judicial) que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem também "da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente". É o caso, por exemplo, da propaganda dos cigarros. Qualquer pessoa, entendendo que a propaganda incentiva o vício e causa danos à saúde, poderia entrar com ação contra a emissora ou a agência de publicidade por ela responsável. Há constituintes querendo suprimir esse dispositivo.



## Jornada de seis horas

O projeto de Constituição inclui entre os direitos dos trabalhadores a "jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva". As empresas que utilizam esse sistema alegam que serão obrigadas a colocar mais um turno de trabalhadores em serviço, o que representaria um encargo muito elevado. As lideranças partidárias podem aceitar ao menos uma modificação: a supressão da palavra "máxima", com o que a jornada de seis horas poderia ser esticada para oito por meio de acordos, individuais ou coletivos.